

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad sugere maior cashback para pobres

Ministro apresenta a ideia como alternativa à inclusão de carne na cesta básica

» RAFAELA GONÇALVES

Após o encontro de líderes partidários para debater a regulamentação da reforma tributária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apresentou uma alternativa para compensar a manutenção da carne na lista de produtos com alíquota reduzida para 40%.

De acordo com o chefe da equipe econômica, está sendo discutido elevar a devolução do imposto por meio do cashback para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).

“Isso é uma coisa que tem efeitos distributivos importantes. Então, às vezes, não é isentar toda a carne, mas aumentar o cashback de quem não pode pagar o valor cheio da carne”, argumentou o ministro, que reconheceu que o tema é o principal entrave do projeto.

Pelos cálculos da Receita Federal, a inclusão das carnes na cesta básica isenta de tributos elevará a alíquota geral do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) em 0,53 ponto percentual, passando de 26,5% para 27,03%. A estimativa é levemente inferior à do Banco Mundial, que calcula impacto de 0,57 ponto percentual no IVA. “O impacto da carne é o mais expressivo, porque o volume de proteína animal consumida no Brasil é bastante relevante”, destacou Haddad.

A inclusão de exceções, como alíquotas mais baixas e regimes especiais, aumenta a alíquota para os demais produtos. Caso a carne seja colocada no regime de isenção, o Brasil terá a maior

Washington Costa/MF



A decisão política é do Congresso Nacional, é quem vai dar a última palavra sobre a reforma, mas o Congresso não vai poder dizer que não prestamos as informações devidas

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

alíquota de IVA do mundo, superando a Hungria, que apresenta a mais alta, de 27%.

No encontro, Haddad destacou que a pasta fez uma apresentação detalhada com os possíveis cenários, “para dar segurança aos deputados de que a Fazenda está cumprindo o seu papel”. “Nós expusemos qual seria o impacto, levamos um técnico que fez o modelo, desenvolvido desde 2020, e foi feita uma checagem. Foi feita quase uma sabinagem com o técnico da Receita Federal para explicar como esse cálculo é feito”, justificou.

“A decisão política é do Congresso Nacional, é quem vai dar a última palavra sobre a reforma, mas o Congresso não vai poder dizer que

não prestamos as informações devidas”, completou Haddad.

Outros pontos polêmicos ainda estão em aberto, como a exclusão de armas e munições e a inclusão de carros elétricos no Imposto Seletivo (IS), apelidado de “imposto do pecado”. O tributo é destinado a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Em relação às armas, Haddad disse que o impacto sobre a arrecadação do governo é pequeno. “Tem coisa muito sensível, que é simbólica, e tem coisa que impacta a alíquota geral. As duas são relevantes, mas evidentemente a que impacta a alíquota geral, como as carnes, recebe uma atenção maior neste momento.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Ao negociar dívidas, Pacheco empareda o governo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou proposta para renegociar dívida dos estados, o que pode fazer com o que o governo perdesse R\$ 28 bilhões por ano desses débitos. R\$ 764,9 bilhões ficariam congelados. Segundo Pacheco, o objetivo é dar uma solução efetiva ao problema das dívidas dos estados, permitindo que eles façam investimentos e paguem os débitos com a União.

São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás lideram a lista dos maiores devedores. Para Pacheco, “isso gera um grande desconforto, um grande problema nacional, com os estados perdendo sua capacidade de investimento, perdendo suas condições de sobrevivência”. O Programa de Pleno Pagamento da Dívida abre a possibilidade de os estados usarem seus ativos para o abatimento da dívida e propõe mudanças no seu indexador de correção. O senador Davi Alcolumbre (União-AP) será o relator do projeto.

O Senado deve votar o projeto antes mesmo do recesso. Na prática, haverá uma queda de braços entre o Ministério da Fazenda e os governadores, principalmente Tarcísio de Freitas (SP), Romeu Zema (MG), Cláudio Castro (RJ), Eduardo Leite (RS) e Ronaldo Caiado (GO). Todos são de oposição. Alcolumbre, que pretende voltar a ser presidente do Senado, certamente fará uma aliança com eles. Por isso, o governo foi emparedado.

“O Ministério da Fazenda e o governo federal farão suas ponderações, porque nem tudo que sugeriram está inserido no projeto. Governadores também vão debater. É um texto com o mínimo de consenso, preservando os interesses dos endividados, da Fazenda Pública, exigindo contrapartidas e garantindo que o proveito do pagamento da dívida se dê em todos os estados”, ameniza Pacheco.

De acordo com o projeto, haverá permissão para que as dívidas sejam renegociadas em até 30 anos. Hoje, é usado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais 4% ao ano. Nas negociações com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ficou acertado que parte desses 4% serão revertidos para investimentos no próprio estado: dos 4% de juros, 1% pode ser perdoado se o estado entregar como pagamento e amortização seus ativos num montante de 10% a 20% do valor da dívida. E se entregar mais de 20% de ativos para o pagamento da dívida, teria um abatimento de 2% desses juros de 4%, ou seja, um abatimento e um perdão mesmo de 50% do valor dos juros, que cairia de 4% para 2%.

Dos 2% remanescentes, 1% seria revertido em investimentos no próprio estado, especialmente em educação e ensino profissionalizante, mas também em infraestrutura e segurança pública. E o outro 1% iria para um fundo de equalização, também previsto no projeto, em atendimento a todos os estados — e não só aos endividados.

Novas regras

A proposta de Pacheco reproduz a lógica do atual relacionamento do Congresso com o Executivo, que inverteu a mão: ao contrário do que acontecia antes, nos mandatos anteriores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quem depende do parlamento é o petista. Além disso, ao mesmo tempo em que perdoa dívidas e promove subsídios econômicos para diversos setores da economia, o Congresso se recusa a aumentar impostos. Para manter o equilíbrio fiscal, será inevitável que o governo faça um grande ajuste nos seus gastos.

Novas regras serão definidas para a distribuição desses recursos provenientes do perdão das dívidas, com prioridade para as áreas de educação, infraestrutura, segurança pública e prevenção de acidentes e catástrofes. Pacheco alega que “a União terá de volta esses recursos, porque são investimentos em estradas que facilitam a logística, em presídios que melhoram a segurança pública e, naturalmente, o ambiente de desenvolvimento do estado e do Brasil”. “Não é dinheiro perdido.”

A estimativa é de que o fundo de equalização chegue a R\$ 7 bilhões, R\$ 8 bilhões, considerando 1% do montante atual da dívida. Esses recursos seriam distribuídos, segundo critérios estabelecidos no projeto, a todos os estados e ao Distrito Federal. Um estado não poderá receber três vezes mais que o estado que recebe menos. O projeto prevê também que os entes poderão fazer uso de seus ativos para o abatimento da dívida. O Ministério da Fazenda sabe que o cálculo dos débitos precisa ser revisto e que o governo já entra na negociação derrotado, mas ainda pode mitigar o prejuízo.

Há, basicamente, duas formas de se obter dinheiro por endividamento: ou o governo emite um título ou contrata um empréstimo/financiamento junto a alguma instituição financeira. No Brasil, só quem pode emitir título público é a União, mas nas décadas de 1970 e 1990 não era assim, os estados emitiam títulos estaduais. As crises econômicas e o endividamento sem controle deixaram os estados em delicada situação financeira. Suas dívidas junto às instituições financeiras não paravam de crescer.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997, durante a implantação do Plano Real, a União assumiu e refinanciou a maior parte das dívidas dos estados e municípios, que se comprometeram a pagar (à União) suas prestações em dia e organizar suas finanças. Ficaram proibidos de emitir qualquer tipo de título no mercado.

JOIAS SAUDITAS

PF: Bolsonaro recebeu dinheiro vivo nos EUA

» RENATO SOUZA

O ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu dinheiro vivo enviado por um empresário do agronegócio quando estava nos Estados Unidos, em dezembro de 2022, época em que ainda era chefe do Executivo. A informação consta do relatório sobre a venda ilegal de joias sauditas, remetido pela Polícia Federal ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A corporação encontrou diálogos entre o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e outros militares que tratam do pagamento.

O empresário que encaminhou o recurso é Paulo Junqueira, proprietário da casa usada por Bolsonaro para se hospedar em Orlando, na Flórida. A PF não detalhou o valor que teria sido repassado, mas disse que o dinheiro foi entregue por Samuel Sollito Oliveira, genro do

AFP



O dinheiro teria sido entregue a Bolsonaro pelo genro do empresário

empresário. Ao portal UOL, Junqueira admitiu ter enviado o dinheiro, porém alegou que era para a realização de manutenção na residência, que precisava de reparos.

Em uma das conversas, Cid

perguntou ao coronel Marcelo Câmara, integrante do corpo de seguranças de Bolsonaro, se o dinheiro foi entregue ao ex-presidente. “Samuel entregou o dinheiro?”, escreveu o então ajudante de ordens. Câmara

afirmou que a entrega foi concretizada, disse que permaneceria com parte dos recursos e citou a necessidade de cumprir pedidos da então primeira-dama Michelle Bolsonaro. “Sim, entregou. E eu passei para o Cordeiro (outro segurança). Aí, ele vai falar com o PR. Avisei para deixar uma parte comigo para controle. A PD me manda msg pedindo as coisas que eu faço”, respondeu Câmara.

“Desta forma, as informações coletadas até o momento e de acordo com as mensagens enviadas pelo aplicativo WhatsApp, Samuel Sollito, genro do empresário Paulo Junqueira, teria entregado dinheiro e um cartão do empresário ao assessor especial do ex-presidente da República Marcelo Câmara”, destacou a PF no documento. Até o fechamento desta edição, Bolsonaro não havia se manifestado sobre o assunto.



BRB

MOBILIDADE

BILHETE ÚNICO DE BRÁSILIA

Dinheiro não vai andar mais de ônibus.

Apenas os cartões **mobilidade, crédito e débito.**

Aos poucos, os ônibus do DF não receberão mais dinheiro, sendo aceitos apenas os meios eletrônicos, como cartões de débito, crédito ou o Cartão Mobilidade. Retire o seu nos postos credenciados do Na Hora ou na rodoviária da sua cidade. Saiba mais em mobilidade.br.com.br

Acesse o QR Code com a câmera do seu celular e baixe o app.

Secretaria de Mobilidade

